

Hipóteses de longo prazo

ANTONIO DIAS LEITE

A viabilidade econômica, social e política do Brasil está a exigir, no mais curto tempo, a retomada do crescimento econômico e a criação de empregos, sabendo-se que não há possibilidade, no futuro próximo, de se retomar o forte ritmo de expansão alcançado no passado recente.

O novo caminho a seguir há de ser definido em função de uma perspectiva de longo prazo, na qual se situe a questão da dívida externa que é, por excelência, matéria cuja solução importa na existência de um plano geral de ação.

Para estabelecer os limites de um programa possível de reconstru-

ção que inclua o atendimento da dívida, é necessário ter presente as características da economia brasileira no que se refere à formação de capital, às taxas de crescimento do produto real, às contribuições interna e externa para a formação do capital, e às remessas para o Exterior de parte da renda produzida no País.

Esse conjunto de dados encontra-se sumariamente representado na tabela seguinte, que compreende os 33 anos para os quais se dispõe de estatísticas completas. Nela encontram-se também as bases de um programa, em %, e em função de um produto interno inicial de US\$ 200 bilhões:

BASES DE UM PROGRAMA HIPOTÉTICO

	1948/80	1948/67	1968/77	Programa %	Início US\$ milhões
Produto Interno Bruto-PIB	100,0	100,0	100,0	100,0	200.000
Formação de Capital	19,4	17,1	25,5	19,2	38.400
c/recursos internos	17,6	16,2	20,8	20,8	41.600
c/recursos externos	1,8	0,9	3,1	-1,6	-3.200
Renda enviada p/o exterior	-1,0	-0,7	-1,1	-1,6	-3.200
Crescimento do produto real	7,4	6,6	9,5	7,4	

A análise desse quadro mostra que, quanto à formação de capital, o esforço interno situou-se no nível de 20,8% do Produto Interno Bruto — PIB no período 68/77, de forte crescimento econômico e no nível de 17,6% nos 33 anos. A parte da formação de capital, que foi financiada com recursos externos, veio continuamente crescendo. A média dos 33 anos é de 1,8%. Eleveu-se substancialmente a partir de 74, chegando a atingir 5,2% em 1980.

Já a renda líquida enviada pelo Brasil para o Exterior, ainda como proporção do Produto Interno, compreendendo remuneração de capital de risco e juros de empréstimos, evoluiu de 0,7% para 0,9% em 73. A partir de 74, passou a crescer rapidamente até 3,1% em 1980, devendo ser, provavelmente, ainda maior no momento presente, o que corresponde a um desgaste insuportável. Como não houve ampliação substancial de investimentos externos no País, o crescimento dessa remessa deve-se, inteiramente, à elevação da dívida e das taxas de juros.

Finalmente, o crescimento da economia nacional, medido pelo Produto Interno Bruto, com fortes variações de ano para ano, foi, em média, de 7,4%, ao longo dos 33 anos e a relação entre a parcela do produto que é destinada à formação de capital e o crescimento do próprio produto foi de uma regularidade impressionante, em torno de 2,6.

Quanto às relações entre o crescimento e o emprego, em estudo recente, Regis Bonelli (Dívida Externa, etc, Ed. Paz e Terra, pág. 127), considerando o período do fim dos anos 40 até o dos anos 70, mostrou que, para uma expansão do PIB de 7,1% ao ano, a população economicamente ativa (inclusive subempregada) cresceu, em média, de 3,2% ao ano, o que sugere uma elasticidade do emprego em relação ao produto, da ordem de 0,45 ao longo do prazo. Esse resultado autoriza concluir que, em termos de ordem de grandeza, seria necessário um crescimento mínimo do pro-

duto de 5% ao ano para assegurar o crescimento do emprego proporcional ao da população (2,25% ao ano). Com menos de 5% aumenta a fração desempregada da população. Só um crescimento acima de 5% ao ano poderia recuperar os desempregados pela crise e reduzir o nível preexistente do desemprego e subemprego.

Sabe-se que não existem relações aritméticas simples entre as diversas grandezas com as quais se procure caracterizar a estrutura econômica nacional. Sabe-se também que tanto essa estrutura como quadro das relações internacionais se altera ao longo do tempo. O seu comportamento passado serve, todavia, como primeira orientação para o delineamento de programas futuros. As condições que, a seguir, apresentamos para a definição preliminar de um caminho da reconstrução econômica e renegociação da dívida externa deve ser entendido, portanto, como roteiro de discussão que poderá ser significativamente aperfeiçoado e ampliado com o emprego de processos matemáticos complexos, capazes de melhor descrever as características internas da nossa economia. A proposta é a que a seguir se indica:

I — que seria necessário assegurar à economia do País a possibilidade de crescer, pelo menos, à taxa histórica verificada no período de 33 anos (7,4% ao ano), que compreendeu as mais diversas conjunturas;

II — que seria possível crescer com uma relação entre formação de capital e crescimento do produto de 2,6. Essa hipótese é relativamente segura, tendo em vista a capacidade ociosa existente na indústria e o forte investimento realizado recentemente na infra-estrutura industrial e de serviços. Ela é, por outro lado, ambiciosa, se considerarmos a forte necessidade de investimentos de natureza social, de longo prazo de maturação;

III — que seria necessário alcançar uma formação de capital equivalente a, no mínimo, 19,2% do Produto Interno (7,4 x 2,6) e que seria possível

repetir, no que tange à poupança interna, a experiência de 20,8% do PIB verificada no período de forte crescimento (68/77);

IV — que seria possível, nessas condições, admitir uma devolução de recursos-externos da ordem de 1,6% do PIB, correspondente à diferença entre 20,8% da poupança interna e os 19,2% da formação necessária de capital;

V — que, do ponto de vista das remessas de renda para o exterior, seria admissível, como limite máximo, o nível de 1,6% do PIB, atingido em 1977, exatamente antes do disparo dos juros e da especulação financeira. Esta parcela pode ser considerada como composta só de juros, no pressuposto de que as entradas de capital de risco sejam, pelo menos, iguais às remessas de dividendos e lucros.

Para um Produto Interno Bruto, no início do programa, de US\$ 200 bilhões, e das hipóteses adotadas decorre uma necessidade no primeiro ano, de remessa líquida de capital de US\$ 3,2 bilhões e de remessa de juros também de US\$ 3,2 bilhões. Esses valores cresceriam proporcionalmente à produção.

Cumpre, agora, verificar a compatibilidade de tal programa com as condições de intercâmbio de mercadorias e serviços com o Exterior.

As importações, excetuado o petróleo, corresponderam, no passado (1964/80) a 6,4% do Produto Interno, em média. No ano inicial do programa, respeitada essa tradição, haveria necessidade de importações da ordem de US\$ 12,8 bilhões (6,4% de Cr\$ 200 bilhões) aos quais se somariam os US\$ 11 bilhões do petróleo ao nível atual do consumo e preços. Como as exportações estão hoje em US\$ 24 bilhões, o saldo utilizado para amortizações e juros seria aproximadamente zero. No ano corrente, em função de forte contenção de importações, associada à recessão interna está sendo esperado um saldo de US\$ 6 bilhões. Para o futuro não é admissível solução nesses termos.

Nesse balanço entram, ainda, fatores independentes de nossa vontade entre os quais, além do preço do petróleo, o nível de atividade econômica e o grau de protecionismo que vigorarem nos países industrializados e que definirão a respectiva disposição de importar. Do nosso lado o fator aleatório por excelência será o grande sucesso na pesquisa de jazimentos de petróleo que determinará a maior ou menor dependência do Exterior de um produto essencial que corresponde a cerca de metade das necessidades de importação.

A compatibilização entre o programa proposto e as restrições externas, no que depender de nossa própria capacidade de ação, exigirá um saldo favorável ao País de US\$ 6 a US\$ 7 bilhões que deverá ser repartido entre acréscimos de exportações e substituições de importações. O ajustamento da estrutura econômica do País, com vistas ao novo programa de longo prazo que vier a ser aprovado demandará, todavia, de dois a três anos para ser realizado. E nesse contexto que se terá de propor a renegociação da dívida externa à qual dedicaremos o próximo artigo.